



## REDES DE SUSTENTABILIDADE: GESTÃO TERRITORIAL E DIÁLOGOS INTERCULTURAIS NO RIO NEGRO-AM

Sustainability networks: territorial management and intercultural dialogues in the Rio Negro - AM

Jocilene Gomes da Cruz<sup>1</sup>  
Henrique dos Santos Pereira<sup>2</sup>

**Resumo:** A região do rio Negro, aqui delimitada como a área de atuação do movimento indígena e da Federação das Organizações indígenas do Rio Negro (FOIRN), abrange os municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira – onde vivem cerca de 30 povos indígenas, pertencentes a quatro famílias linguísticas: Tukano Oriental, Aruak, Maku e Yanomami. As análises neste artigo referem-se às estratégias adotadas pelo movimento indígena, por meio da FOIRN, no processo de gestão territorial/cultural, dando-se ênfase às ações visando à sustentabilidade dos territórios indígenas dessa região. Os dados foram obtidos mediante pesquisa qualitativa, fazendo-se uso da observação participante e entrevistas semiestruturadas. Os resultados mostram que a gestão territorial feita pelo movimento indígena se constrói por meio de uma rede de relações sociais – entre os povos indígenas entre si, e entre estes e os não indígenas. Uma relação dinâmica, permeada por reelaborações culturais e diálogos interculturais, num processo de alianças e negociações, aliando os conhecimentos da cultura indígena e os da cultura ocidental, a exemplo do uso das tecnologias de informação e comunicação.

**Palavras-chave:** Movimento indígena. Território. Sustentabilidade. Interculturalidade.

**Abstract:** The Rio Negro region, defined here as the area of activity of the indigenous movement and the Federation of Indigenous Organizations of Rio Negro (FOIRN), covers the municipalities of Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro and São Gabriel da Cachoeira - where live about 30 indigenous tribes, belonging to four linguistic families: Eastern Tukano, Aruak, Maku and Yanomami. The analyzes in this article refer to the strategies adopted by the indigenous movement, through FOIRN, in the territorial and cultural management process, with emphasis on the actions that aimed the sustainability of the indigenous territories in this region. The data were obtained by participant observation and semi-structure interviews. The results show that the territorial management made by the indigenous movement is built through a network of social relations between indigenous peoples and between indigenous peoples and non - indigenous peoples. A dynamic relationship pervaded by cultural re-elaborations and intercultural dialogues, in a process of alliances and negotiations, combining the knowledge of indigenous culture and those of Western culture, such as the use of information and communication technologies.

**Keywords:** Indigenous movement. Territory. Sustainability. Interculturality.

**Como citar este artigo:** CRUZ, J. G.; PEREIRA, H. S. Redes de sustentabilidade: gestão territorial e diálogos interculturais no Rio Negro-AM. *Areté - Revista Amazônica de Ensino de Ciências*, Manaus, v.10, n.21, p. 23–37, Número especial, 2017

<sup>1</sup> Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Professora da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Cultura Amazônica (NEICAM). Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: [jocilene.am@gmail.com](mailto:jocilene.am@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Ecologia. Professor associado IV da Faculdade de Ciências Agrárias e Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA, Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Manaus, Amazonas, Brasil, E-mail: [henrique.pereira.ufam@gmail.com](mailto:henrique.pereira.ufam@gmail.com)

## Introdução

O rio Negro é a área de atuação da Federação das Organizações Indígenas do rio Negro (FOIRN), criada pelo movimento indígena, cujos limites abrangem três municípios: São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. A região é reconhecida por uma vasta extensão territorial caracterizada por uma biodiversidade singular e de extrema importância não apenas para os povos indígenas que vivem em seus limites. A singularidade também se apresenta na diversidade de povos indígenas: cerca de 30 etnias, oriundas de quatro famílias linguísticas: Tukano Oriental, Aruak, Maku e Yanomami, as quais resistiram aos processos de colonização e conseguiram se manter em seus territórios, preservando inúmeros conhecimentos sobre a região e sobre a forma de cuidá-la (FOIRN/ISA, 2003).

O movimento indígena do rio Negro foi criado na década de 1980. Da sua criação até o momento atual, as reflexões e ações do referido grupo estão centradas na defesa dos direitos indígenas e na proteção de seus territórios. A utilização do termo proteção correlaciona-se à manutenção tanto dos aspectos físicos, quanto dos culturais, percebidos pelo movimento como indissociáveis.

As estratégias visando essa proteção se constitui num “modelo” específico de gestão dos territórios, estruturado pelo movimento e colocado em prática por meio da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), fundada em 1987, com esse propósito, primando pela sustentabilidade da região, tendo como premissa o diálogo de saberes – os dos indígenas e os advindos da sociedade ocidental, vistos como essenciais para alcançar os objetivos para os quais ela foi criada.

Os povos indígenas dessa região têm sua história marcada por processos civilizatórios, cuja historiografia oficial relata ter iniciado no século XVII com a colonização portuguesa. Ao longo dos séculos foram alvos de ações colonialistas, de projetos de catequização e conversão religiosa, e, ainda, de políticas desenvolvimentistas que pretenderam a desarticulação de suas culturas. Um processo que acarretou perdas para os povos indígenas, mas também diante do qual reagiram e imprimiram formas próprias de resistência e de luta (WRIGHT, 2005).

Cada um dos povos indígenas dessa região por séculos estabeleceu formas próprias de se organizar e cuidar de suas terras, as quais estão arraigadas em seus saberes ancestrais, constitutivos da cultura de cada um desses povos, sendo 23 só no alto rio Negro. Hoje, no âmbito do movimento indígena e da FOIRN, esses saberes são validados como legítimos e fundamentais na gestão dos territórios.

Para Rezende (2013, p.2), os povos do rio Negro vivem um momento de busca pelo diálogo intercultural e por uma relação de respeito mútuo, na qual as culturas indígenas sejam valorizadas. Isso se reflete nas atividades cotidianas e nos projetos que eles buscam implementar nas comunidades. Na análise do autor, há uma mobilização dos povos indígenas objetivando “descolonizar os pensamentos, para romper com as formas de dominação que lhes atingiram por séculos.

Neste artigo destaca-se alguns aspectos da mobilização do movimento indígena na elaboração e estruturação da proposta de gestão territorial/cultural para o rio Negro, evidenciando-se como são articuladas alianças institucionais e a definição dos

critérios para um possível diálogo entre indígenas e não indígenas - pesquisadores/cientistas, instituições governamentais e não governamentais de modo a solidificar os propósitos em torno dessa gestão.

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa foi realizada no município de São Gabriel da Cachoeira-Am em seis etapas. As idas a campo para a coleta de dados foram planejadas previamente, considerando alguns fatores como os eventos (assembleias, reuniões, seminários e outros) organizados pelas lideranças indígenas, momentos que se reúnem na cidade para discutir os diversos assuntos relacionados direta e indiretamente com a gestão dos territórios. A sede da FOIRN também está localizada na cidade de São Gabriel da Cachoeira, outro fator importante para a escolha do *locus* da pesquisa.

Tendo-se como enfoque a pesquisa qualitativa e utilizando-se de combinação metodológica, realizou-se o processo de coleta de dados mediante entrevistas semiestruturadas - feitas com as lideranças indígenas, membros das associações e com lideranças vinculadas à FOIRN; entrevistas narrativas, cujos participantes foram as lideranças que criaram a Federação e o movimento indígena no rio Negro.

A análise dos dados deu-se a partir da codificação e categorização das informações, procedendo-se a análise descritiva, teórica e interpretativa de conteúdo. Assim, mediante uma visão reflexiva fez-se a análise sobre a participação do movimento indígena na gestão territorial/cultural do rio Negro-Am, das propostas elaboradas e implementadas; sua projeção enquanto movimento social, articulador de ações em prol da diversidade cultural da região.

### ***O rio Negro e suas dimensões históricas, socioculturais e ambientais***

A região do rio Negro ou simplesmente “o rio Negro”, como é chamado pelas lideranças indígenas, possui identidade própria, elaborada a partir de elementos que vão para além de suas configurações físicas, geográficas e/ou geopolíticas. São, sobretudo, os aspectos simbólicos que determinam suas dimensões e permitem uma compreensão acerca do que ele representa para os povos indígenas. Do rio Negro derivam as outras identidades, particularmente as identidades coletivas: o movimento indígena do rio Negro e as lideranças indígenas do rio Negro, cuja identificação formata uma conexão entre os sujeitos e os territórios por eles habitados.

Para as lideranças do movimento indígena, o rio Negro é o território dos diferentes povos indígenas que lá vivem, ele compreende a área de abrangência da atuação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Isso diz respeito aos limites territoriais de sua atuação e representação junto aos povos residentes nesses limites, dos quais fazem parte os municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, correspondendo à divisão geopolítica feita pelo Estado brasileiro que situa esses municípios nas regiões do Médio e Alto Rio Negro.

Essa delimitação do rio Negro como área de atuação da FOIRN ocorreu após a criação da Federação em 1987, quando também foram definidos os seus objetivos de viabilizar ações em prol da garantia dos direitos indígenas e da defesa dos seus territórios, em suas dimensões físicas e culturais. Nesse sentido, ele não se restringe a uma área geográfica e/ou espacial, pois, conforme observam as lideranças, “o rio Negro é um todo e não uma soma de pedaços”, isto é, nele há outras configurações

representativas, nele residem suas histórias, suas memórias, suas referências socioculturais e ambientais, imbricadas em relações cosmológicas que transcendem a racionalidade ocidental.

Pode-se dizer ainda que essa área é, sobretudo, um espaço político, no qual estão organizados os povos indígenas, onde se observa uma complexa rede de relações sociais estabelecida entre os indígenas e os não indígenas. Nesse contexto, a FOIRN desempenha o papel de mediadora dessas relações com a missão de instituir uma política indígena, de modo a atender os anseios e perspectivas sobre o seu presente e, principalmente, ao futuro dos povos indígenas.

É recorrente nos discursos do movimento indígena as singularidades de suas percepções sobre a região, pois “uma coisa é como o branco percebe o rio Negro, a outra é como os povos indígenas o percebem”<sup>3</sup>. Vale ressaltar ainda que a expressão “rio Negro” possui significados que extrapolam as percepções do binômio indígena e não indígena, pois entre os povos indígenas entre si também há percepções distintas sobre o termo.

As diferentes percepções sobre o rio Negro também são oriundas das relações interétnicas, ou seja, dos diálogos, negociações e/ou ressignificações processados no interior dessas relações, interiorizadas particularmente pelas lideranças do movimento indígena para as quais o rio Negro, além das percepções específicas a cada um dos povos, tem um status político e identitário, visualizado no próprio slogan da FOIRN: Nós, indígenas do rio Negro.

Independentemente das percepções das lideranças indígenas estarem ligadas à cultura e/ou às relações interétnicas, em todas elas há uma compreensão integradora sobre o território e sobre os elementos que conectam os lugares e os povos indígenas da região. As lideranças entendem que as dimensões territoriais, a biodiversidade e sociodiversidade são parte constituinte e que interagem entre si, e buscam na gestão desses territórios contemplar essa totalidade.

Compreender as atuais dinâmicas socioculturais, econômicas, políticas, geográficas, dentre outras em curso no rio Negro, demanda uma leitura sobre o seu passado e os acontecimentos que marcaram e imprimiram modificações na vida dos povos indígenas. De modo a entender essas dinâmicas, procede-se a uma breve contextualização dos acontecimentos históricos referentes às relações interétnicas e aos processos de colonização na região, iniciados em meados do século XVII.

A evidência desses acontecimentos aqui problematizados segue as preposições de Wright (2005, p. 9), de que os povos indígenas devam ser vistos como sujeitos históricos que reagiram a processos de colonização, criando estratégias para evitar sua dizimação física e a desarticulação de seus modos de vida, de suas culturas. Trata-se de uma perspectiva analítica que tira os povos da condição de espectadores da destruição de suas culturas, alheios e passivos frente a esses processos, colocando-os no lugar de sujeitos ativos que lutaram e reagiram com as armas e as estratégias disponíveis naquele momento.

Ao realizar o estudo sobre os povos indígenas do Alto Rio Negro, particularmente sobre os Baniwa, da metade do século XVIII até o século XX, Wright (2005) propôs-se a “recuperar a história e colocar os povos indígenas firmemente como agentes

---

<sup>3</sup> Liderança Tukano, cuja família participou da criação do movimento indígena e da criação da FOIRN, foi entrevistada em julho de 2013.

dessa história e não meramente como vítimas passivas de processos que se originavam fora da região” (WRIGHT, 2005, p. 10). Para o autor, é importante romper com essa visão presente nos trabalhos sobre a região, considerados por eles como “cronologias de eventos”, responsáveis por invisibilizar a ação indígena.

A apresentação dos povos indígenas do Alto Rio Negro como sujeitos que lutaram contra os sistemas de dominação encontrou guarida nos discursos das atuais lideranças, integrantes do movimento indígena. É recorrente, nas falas delas, o relato das histórias de luta dos seus antepassados, da coragem daqueles ao enfrentarem os invasores que adentravam os seus territórios, o modo como agiram e reagiram frente aos diversos modelos de contato e de dominação. Uma gama de méritos dos quais são herdeiros e que os inspiram em suas atuais lutas e militância no movimento indígena.

Por meio de minucioso levantamento de dados nas raras literaturas disponíveis, Wright (2005) identifica a década de 1740 como a de maior intensidade de operações escravistas no Noroeste Amazônico cometidas tanto por portugueses como por espanhóis. A tradução de um relato do padre jesuíta Ignácio Szentmartonyi, escrito originalmente em latim, encontrado pelo autor na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e, ainda, os registros dos escravistas, lhes permitiram identificar informações sobre a presença e a ação das tropas de resgate no alto rio Negro entre 1730 e 1750, e, assim, identificar os lugares e os grupos étnicos mais afetados pelos escravistas.

O autor também apoia suas análises nas histórias contadas oralmente pelos povos indígenas que confirmam a intensidade das atividades escravistas na região, a exemplo dos relatos sobre os embates e os extermínios ocorridos no Uaupés e seus afluentes, podendo ser lidos na obra *Antes o mundo não existia*. Para o autor, esses relatos permitem visualizar a mobilidade e as reconfigurações dos territórios indígenas como decorrentes da ação dos escravistas que percorreram uma ampla área do alto rio Orinoco e Negro (WRIGHT, 2005).

A amplitude do tráfico de escravos, as áreas de atuação e as características da atividade escravista no Noroeste Amazônico evidenciam que a “instituição da escravatura” era alicerçada numa série de construções ideológicas da sociedade colonial sobre os povos indígenas. Na análise do autor, “a dominação colonial atacou tanto a viabilidade demográfica dos povos nativos como a construção simbólica de sua realidade” (WRIGHT, 2005, p. 71). Isso pode ser exemplificado pelas acusações generalizadas de canibalismo selvagem em relação a todos os povos indígenas do alto rio Negro. Desse modo, “justificavam-se” as práticas violentas da colonização e criava-se o sujeito convertido, o “ex-comedor de carne humana”.

Apesar de limitados os dados sobre esse período histórico, não há dúvidas sobre os danos causados aos povos indígenas. Contudo, apesar da situação desfavorável, os povos estão nessa história como sujeitos que reagiram a ela, e criaram estratégias para manterem-se em seus territórios, mesmo tendo por várias vezes que se reestruturarem nele.

Os estudos de Hill (1996) ajudam na reflexão sobre essas estratégias, particularmente quando analisam os processos de etnogênese na região do Noroeste Amazônico, definidos pelo autor como “a síntese das lutas políticas e culturais de um grupo para garantir sua existência e sua consciência histórica” (HILL,

1996, p. 1). Em processos de etnogêneses há resistência militar e redefinição das identidades étnicas, bem como o estabelecimento de novas alianças e o surgimento de novas formações societárias. Nas palavras do autor seria “a adaptação criativa a uma história geral de mudanças violentas – inclusive o colapso demográfico, o deslocamento forçado, a escravidão, as epidemias, e o recrutamento étnico – impostas durante a expansão histórica dos Estados-nações coloniais nas Américas” (HILL, 1996, p. 1).

A respeito dos processos de etnogêneses, no caso específico dos povos falantes do Aruak, Wright (2005, p.73) apresenta sua hipótese de que esses povos “redirecionaram as suas relações com os povos falantes do Tukano do Uaupés e seus afluentes como resultado de processos coloniais, produzindo assim novas formulações sociopolíticas”. Portanto, muitas das modificações nas configurações das relações entre os povos habitantes do Uaupés resultaram da ação colonizadora. Entretanto, o autor também ressalta que muitas mudanças possuem uma “maior profundidade histórica”, pois já havia ocorrido várias modificações antes da chegada dos colonizadores oriundas, especificamente, das questões como fusão interétnica, competição entre esses povos, dentre outros intrínsecos às relações culturais (WRIGHT, 2005).

É de particular interesse nessas discussões sobre as estratégias dos povos indígenas para lutar contra o sistema colonial a configuração de grupos políticos compostos por lideranças indígenas. Sampaio (2011) assinala que a figura da liderança indígena política remonta o século XVIII, e a característica marcante desta eram as estratégias da criação de redes de alianças estabelecidas para dismantelar os descimentos organizados pelos representantes do Império para aprisionar os indígenas, tratando-se de uma prática que ocorrera nos séculos anteriores. Segundo a autora, embora houvesse à época manobras dos colonizadores para cooptar as lideranças, concedendo-lhes inclusive privilégios de nobreza, muitos resistiam e “procuravam manter suas redes de poder lançando mão de diferentes estratégias, entre as quais, o fortalecimento de alianças políticas nativas para fazer frente à expansão colonial” (SAMPAIO, 2011, p. 4).

Para Wright (1992) essas redes são intrínsecas à cultura dos povos indígenas do Noroeste Amazônico. Tais populações “estão interligadas por uma rede de vínculos sociais, comerciais, políticos e religiosos que desafia qualquer tentativa de definir sociedades individuais como sociedades entidades distintas e autônomas” (WRIGHT, 1992, p. 263). Portanto, as estratégias das lideranças do movimento indígenas do rio Negro, sobretudo a estrutura de ação e articulação em rede podem ser melhor compreendidas à luz da história sobre a região e os processos de territorialidades e territorialização empreendidos pelos povos indígenas ao longo dos séculos.

Em relação aos processos de territorialização no rio Negro, são também relevantes as pesquisas de Vidal e Zucchi (1999). As autoras assinalam que no período colonial faziam parte das estratégias das lideranças indígenas algumas “movimentações políticas”. As referidas autoras fazem uma periodização dessas movimentações e destacam que a primeira é observada no período que vai do século XV ao XVII, quando se verifica a consolidação e o desaparecimento dos “Macrossistemas Nativos”, caracterizados como “arranjos nativos no momento do contato”, possuindo as seguintes características:

1. La multiétnicidad, 2. Las jerarquias interétnicas y entre aldeas, 3. Territorios claramente definidos, con zonas de amortiguación, y pueblos fronterizos fortificados con guerreiros para la vigilancia y la defensa, 4. Líderes supremos cuya autoridad y poder se definían por su control sobre la gente, y por el dominio político de un grupo o sector sobre otras poblaciones, 5. La especialización económica y la producción de excedentes para el intercambio intra e inter-macrosistemas, 6. Interdependencia socioeconómica de los grupos ribereños e interfluviales, y 7. Una etnicidad que trascendía las fronteras económicas, políticas y lingüísticas (VIDAL; ZUCCHI, 1999, p. 116).

Durante o período assinalado (séculos XV a XVII) os “Macrossistemas Nativos” consistiram em estratégias utilizadas por lideranças indígenas contra o processo colonizador. No entanto, os avanços e os impactos da expansão colonial demandou-lhes novas estratégias, decorrendo em mudanças e transformações nos Macrossistemas e provocando a desintegração deles. Na visão das autoras, isso não significou, entretanto, a desarticulação das lideranças indígenas, apenas demandou novas respostas aos processos de colonização. No século XVIII, essas respostas surgiram sob a forma de “Confederações Multiétnicas” (VIDAL; ZUCCHI, 1999), comandadas por lideranças com grande prestígio, cuja autoridade estava baseada na “habilidade para captar seguidores (grupos de parentes por consanguinidade y por afinidade y los aliados), en sus dotes como comerciantes regionales (especialmente en bienes europeos) a través de rutas indígenas muy antiguas, y en sus conocimientos y poder chamánico) (VIDAL; ZUCCHI, 1999, p. 117).

As Confederações Multiétnicas formaram-se com o intuito de demarcar lugares de poder contra a empresa colonialista. Sampaio (2011, p. 14) pondera que “a opção pelo confronto ratificava e ampliava a intensidade das confederações”, pois mesmo quando uma liderança era derrotada/morta “as outras lideranças continuavam a dar o tom político na região acima das cachoeiras, tirando o sono dos administradores coloniais”. Tal estratégia perdura por décadas, renovando-se frente aos novos acontecimentos.

Para analisar as transformações ocorridas do século XVIII à terceira década do século XIX, Vidal e Zucchi (1999, p. 116) propõem que se reconheça, dentre outros, o processo de mudança global e regional oriundas inicialmente do confronto de “horizontes de civilización estructuralmente diferentes (el Orinoco-Amazonense y el Occidental), y posteriormente por la inserción-participación de los indígenas (individuos y grupos) en los sistemas coloniales”. Trata-se de um contexto histórico que combinou aspectos de economia, política, história, relações culturais, de poder e espaciais/territoriais e de etnogênese.

As autoras concluem que as constantes medidas visando a integração dos indígenas à sociedade colonial fizeram com que muitas das Confederações Multiétnicas desaparecessem no final do século XVIII e, no século seguinte, se desestruturassem totalmente. Contudo, conforme apontam os estudos das autoras, novos sistemas político-econômicos de natureza militar se consolidaram. Pautando-se nessas análises, pode-se dizer que o movimento indígena, o fenômeno

---

<sup>4</sup> “horizontes de civilização estruturalmente diferentes (do Orinoco-Amazonense e Ocidental), seguido pela inserção participação de povos indígenas (individuos e grupos) nos sistemas coloniais”.

associativo e a criação da FOIRN são constituintes de uma nova configuração de territorialização dos povos indígenas na contemporaneidade.

No percurso dessa história que não é linear, no século XIX o sistema de colonização seguiu impondo-se com os mesmos ideais, e, durante os anos iniciais do sistema, o alto rio Negro permaneceu como uma fonte de mão de obra de produtos da floresta e de algumas matérias-primas destinadas ao abastecimento dos povoados coloniais, sendo os povos indígenas explorados e obrigados a trabalharem em serviços não remunerados.

Nesse período, os indígenas estiveram submetidos às velhas humilhações, porém envolvidos num sistema de endividamento difícil de libertar, tendo ainda que enfrentar a escassez de comida nos povoados nos quais passaram a viver. Tal situação gerou diversas reações, dentre as quais, provocar o refúgio de povos indígenas na floresta e também o desencadeamento de revoltas armadas. Nos relatos de Spruce (1970, p. 348-349 *apud* WRIGHT, 2005, p. 110), “os Baré de San Carlos preparavam um massacre geral dos brancos” como forma de vingar as mazelas que vinham sofrendo, causadas pelo sistema mercantil praticado pelos comerciantes brancos no alto rio Negro. Esses fatos são citados pelo autor para mostrar não só o descontentamento com a situação vivida, mas também como reagiam a ela e se articulavam para enfrentar os sistemas coloniais.

No começo dos anos 1850, teve início o programa para a “civilização” e “catequização” dos índios do vale do alto rio Negro. Nesse período, o governo estabeleceu o Sistema de Diretório de Índios, implementando, assim, mais um sistema de profundo impacto na vida dos povos indígenas da região. Entre 1852 e 1855, as mudanças geradas pelas missões religiosas foram danosas, afetando os habitantes do Uaupés e do Içana. Em registros históricos, há relatos de religiosos orgulhando-se dos batizados, casamentos, construção de capelas, criação de aglomerados nas margens dos rios onde reuniam várias pessoas, instituindo os projetos de conversão religiosa e de “civilização” e, assim, promoviam mudanças abruptas na cultura dos povos indígenas.

As práticas bárbaras adotadas pela ação evangelizadora e “civilizatória” desencadearam revoltas entre os povos indígenas, levando-os a se organizar, tanto por meio de pequenas rebeliões contra os brancos, quanto sob a forma de “mobilização político-religiosa”, instituída pela personificação de entidades messiânicas indígenas, mesclando as práticas xamânicas com as cristãs. Nesse contexto, surgiram grandes líderes como Venâncio Anizeto Kamiko, que ameaçou a autoridade militar e da Igreja (WRIGHT, 2005). Aqui, o autor aponta mais uma das estratégias utilizadas pelos povos indígenas frente às manobras de desarticulação de suas culturas.

Na esteira das ações colonialistas e dos sistemas de dominação aos quais os povos indígenas do alto rio Negro foram alvo, o regime extrativista da borracha, observado na virada do século XX, constitui-se em mais um sistema exploratório. Nesse período, os barões locais disputavam entre si o controle do trabalho indígena, utilizando-se de métodos tão cruéis quanto os verificados nos períodos anteriores. Koch-Grünberg, em sua passagem pela região entre os anos de 1903 a 1905, no apogeu do ciclo da exploração da borracha, registrou o processo violento da incorporação compulsória dos indígenas como trabalhadores escravos nas frentes de extração do caucho.



Paralelamente à exploração da borracha, os povos indígenas também passaram a ser alvo dos propósitos da catequização da Ordem dos Salesianos recém chegados à região. Se, por um lado, a ação desses missionários significou uma redução dos abusos dos patrões da borracha que, até então, predominavam na região, por outro lado, criou um estado de submissão e assimilação dos povos indígenas mediante a imposição dos preceitos religiosos que representavam.

Em termos de acontecimentos mais recentes, convém citar os fatos ocorridos na década de 1970, quando o país era controlado por militares e elaborou o Plano de Integração Nacional, que incluía um programa de obras de infraestrutura com o objetivo de “integrar geopoliticamente a região” ao resto do país. Conforme estudos sobre o referido Plano, ele desencadeou inúmeros impactos negativos para região do alto rio Negro, particularmente entre os anos de 1972 e 1975, com a instalação de empresas contratadas para a abertura da BR-307 (ligação entre São Gabriel e Cucuí) e de um trecho da rodovia Perimetral Norte (BR-210), hoje abandonada.

Nesse período de ditadura militar, em 1985, o governo brasileiro criou o Projeto Calha Norte (PCN), responsável pelo desencadeamento de vários conflitos na região, não só entre os indígenas e os não indígenas, mas também entre os povos indígenas, pois estes possuíam opiniões divergentes sobre os prováveis benefícios promovidos por esse projeto.

Na avaliação de uma das lideranças do movimento indígena do rio Negro, esse projeto foi uma “grande propaganda” utilizada pelo governo para envolver e seduzir os povos indígenas, ludibriando-os com promessas de “progresso” e “desenvolvimento” que, em tese, acarretariam melhorias na saúde, na educação, e outros. As benfeitorias seriam viabilizadas com a entrada nas terras indígenas das empresas mineradoras, com os projetos de pecuária e outros a serem instalados na região, lugar que “eles (os governantes do país) viam como um grande vazio, ignorando a existência dos mais de 30 mil índios que viviam ali”<sup>5</sup>.

Nessa época inicia a exploração de ouro nas terras indígenas. A descoberta de ouro na Serra do Traíra se deu pelos próprios indígenas, os Tukano do rio Tiquié. Tal acontecimento, conforme os relatos das lideranças, não só motivou muitos indígenas a saírem de suas comunidades para explorá-lo, mas também atraiu garimpeiros de outras partes do país, bem como os moradores de São Gabriel e, em seguida, empresas de mineração que invadiram a Serra do Traíra e a região do alto Içana.

A exploração de ouro na Serra do Traíra foi responsável por conflitos referentes ao domínio e à gestão das Terras Indígenas, pois a partir desse momento se iniciaram os debates/embates sobre a demarcação destas, cujo formato dividia opiniões entre os indígenas. Uma parte reivindicava a criação de áreas contínuas, enquanto outra parcela preferia os chamados sítios e as colônias indígenas. Andrello (2008) observa que essas divergências resultaram da interferência de agentes sociais externos presentes na região, à época, a exemplo dos militares, dos líderes religiosos, dentre outros.

Em meio às discussões sobre a demarcação estruturou-se o movimento indígena do rio Negro, e a partir dele um novo marco nas relações sociais, culturais e de poder no rio Negro, pois o protagonismo do referido movimento tem viabilizado novas configurações. As distintas formas de dominação que, por séculos, se mantiveram

---

<sup>5</sup> Informação dada por liderança indígena do povo Tukano. Entrevista concedida em julho de 2013 na cidade de São Gabriel da Cachoeira, município localizado no Alto Rio Negro.

na região, são hoje amplamente combatidas mediante estratégias inovadoras e inéditas propiciadas pela proposta criada pelo movimento indígena.

### ***Gestão territorial no rio Negro e as redes organizacionais indígenas em prol da sustentabilidade***

O movimento indígena do rio Negro nasceu na década de 1980 durante a II Assembleia Indígena do Rio Negro<sup>6</sup>. Em 1987 o referido movimento fundou a FOIRN com a missão de viabilizar a relação e a comunicação entre os povos indígenas (as comunidades localizadas ao longo das calhas dos rios), o movimento indígena e o Estado brasileiro (FOIRN, 2002, p 2), de modo a garantir os direitos dos povos indígenas da região.

Está posto nas falas das lideranças indígenas que, ao criarem uma Federação indígena, traziam, especialmente, o desejo de provocar mudanças nas relações assimétricas tão fortes na região, tendo sido a sua criação viabilizada por um conjunto de articulações e mobilizações, conduzidas pelos próprios povos indígenas que lutavam em defesa das terras indígenas e contavam com a colaboração de alguns simpatizantes da causa indígena que, no momento, estavam na região e os auxiliavam nessa luta. Um processo que envolveu inúmeros conflitos, especificamente, os relacionados às expectativas quanto ao futuro dos povos e quanto aos interesses de outros agentes sociais presentes na região.

As opiniões divergentes entre os povos indígenas quanto ao futuro desejado acirravam esses conflitos. Havia tensões entre os defensores da manutenção da cultura de cada um dos povos e aqueles que queriam maior inserção no mundo do “branco”. Essas opiniões estavam inseridas num jogo ainda maior – o das forças políticas vigentes em nosso país, pois os interesses dos militares e de outros agentes sociais presentes nesse cenário faziam eco e confundiam os povos indígenas.

Com o tempo, os conflitos foram sendo atenuados, e isto se deu em função das articulações, negociações e acordos firmados, fazendo prevalecer o desejo da maioria. Hoje, há um consenso entre as lideranças indígenas de que o diálogo é o caminho mais apropriado na construção de uma política indígena para o rio Negro. Também consideram que o acesso a alguns dos elementos pertencentes à cultura não indígena, não macula a sua, pois analisam como uma ampliação de conhecimentos, por exemplo, o uso dos meios de informação e comunicação tecnológica é vista como um mecanismo para a divulgação da cultura.

A FOIRN é como consta em seu Estatuto Social (2002, p.1), uma organização “civil de direito privado e sem fins lucrativos, com tempo indeterminado de existência”. Uma instituição criada exclusivamente por indígenas da região, representantes dos povos, referendada por suas percepções, suas escolhas e trajetórias. Nota-se pelo disposto no referido Estatuto, assim como nos relatos das lideranças, a abrangência dos propósitos da Federação, os quais são pautados nas demandas vindas das comunidades, mas também se originam dos diálogos interculturais, na noção de “autonomia e protagonismo”, materializados na luta pelos direitos adquiridos e pela garantia de novos direitos relativos à promoção da diversidade cultural que representam. São esses objetivos que mobilizam as lideranças indígenas, representativas das bases, e conduzem ao planejamento das ações da FOIRN.

<sup>6</sup> De acordo com o relato das lideranças, a I Assembleia Indígena do Rio Negro aconteceu no distrito de Tarauacá e foi organizada pela União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié (Ucirt).

Para concretizar esses objetivos, os indígenas seguem uma dinâmica complexa envolvendo uma “rede” de relações sociais composta pelos povos indígenas do rio Negro e outros povos (parentes) que vivem nas fronteiras (Brasil-Colômbia-Venezuela) e, ainda, por agentes sociais não indígenas, representantes de instituições governamentais e não governamentais. No rol dessas relações, destacam-se as associações indígenas filiadas à Federação, pois elas são as “malhas” e/ou as “teias” por meio das quais a FOIRN se legitima como uma federação representativa dos povos da região. Essas associações seguem diretrizes específicas, estabelecem os objetivos e a representatividade nos processos decisórios da Federação.

As motivações das comunidades para criarem uma associação são diversas, variando de uma para outra. Contudo, de modo geral, elas seguem uma dinâmica já mencionada, a de ser o canal de comunicação e representação extracomunitária. Nos dias atuais, elas são, principalmente, parte de uma rede dialógica composta pela FOIRN, os povos indígenas e outros agentes sociais externos.

As associações indígenas são criadas tendo como base a estrutura das associações do “branco”, contudo, também possuem características próprias e seguem caminhos construídos coletivamente no âmbito das comunidades, as quais decidem sobre as formas administrativas, os mecanismos de participação entre outros. Há, também, uma preocupação em estruturarem os seus estatutos em consonância com as diretrizes dispostas no Estatuto Social da FOIRN, isto porque como bem observa uma liderança, “a FOIRN é a mãe e as associações são os filhos”<sup>7</sup>.

A distribuição e localização dessas associações ocorrem em toda a região do rio Negro, entretanto, há lugares com maior concentração de associações onde o “fenômeno associativo” tem expressiva força organizativa. No Estatuto Social da FOIRN, Art. 7, estão definidas as cinco sub-regiões que conformam a sua área de abrangência, nas quais essas associações estão localizadas e estruturadas para fins de representatividade na Federação:

As associações indígenas filiadas à FOIRN serão agrupadas, para fins eleitorais e administrativos, nas seguintes regiões: Região do Rio Içana e seus afluentes; Região do Balaio Uaupés e Rio Tiquié, e seus respectivos afluentes; Região do Médio e Alto Rio Uaupés e Rio Papuri, e seus respectivos afluentes; Região do Alto Rio Negro e Xié; Região do Baixo Rio Negro e seus afluentes (FOIRN, 2002, p. 3).

Essas subdivisões são, principalmente, uma forma de caracterização do território para além da demarcação de uma estrutura física e/ou fronteira feita nos moldes do Estado brasileiro. Ela parte da compreensão das lideranças indígenas sobre seus territórios, a forma como os veem e como se organizam neles, levando em conta, dentre outros: o curso dos rios e sub-bacias da região, as especificidades culturais, linguísticas e, essencialmente, a estrutura política organizada pelas lideranças do movimento indígena do rio Negro.

As sub-regiões, compreendidas enquanto configurações culturais e políticas, foram se delineando a partir da criação da FOIRN quando conseguiram captar os primeiros recursos financeiros e iniciaram as atividades na região, momento em que

---

<sup>7</sup> Relato de uma liderança Tukano durante a XIV Assembleia da FOIRN, realizada no município de Santa Isabel do Rio Negro, em novembro de 2014.

entenderam ser necessário modificar a sua estrutura para melhor gerir/cuidar dos territórios indígenas do rio Negro, por meio dela viram estratégias mais viáveis para alcançar as grandes extensões desses territórios, e, assim, executar as ações propostas no planejamento estratégico da Federação.

Em cada uma dessas sub-regiões, foram criadas Coordenadorias, uma estratégia de descentralização das ações da Federação, para consolidar uma gestão participativa. As lideranças entenderam que, por meio delas, seria possível ampliar e facilitar o diálogo com as bases (as comunidades indígenas), fomentando um sistema de comunicação e difusão das informações e dos conhecimentos gerados no interior da FOIRN, fortalecendo a rede dialogal. Essas Coordenadorias possuem representatividade dentro da estrutura organizativa e administrativa da FOIRN, estando assim definidas:

Coordenadoria das Organizações Indígenas do Rio Tiquié e Uaupés - COITUA; Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco - CABO; Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté- COIDI; Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro-Xié - CAIARNX; Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro – CAIMBRN (FOIRN, 2013, p. 3).

A criação dessas Coordenadorias teve início em 2000, decorrendo na modificação do Estatuto Social da Federação para adequá-lo à sua nova configuração política. A incorporação das cinco sub-regiões e das cinco Coordenadorias ocorreu em 2002, marcando uma importante estratégia de gestão no âmbito da FOIRN.

Durante a assembleia eletiva da Federação, em 2000, foram eleitos pela primeira vez para a gestão 2001-2004 cinco representantes para compor a diretoria – até então eram quatro. Mas, foi somente na assembleia de 2004, já com o Estatuto modificado, que incluíram um integrante para representar a Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN), até então sem representante.

Atualmente as Coordenadorias estão ligadas à Diretoria Executiva da FOIRN, os cinco diretores são representantes de cada uma das cinco sub-regiões, mas elas também possuem representantes residentes nas sedes dessas sub-regiões, as quais, de acordo com um membro dessas Coordenadorias “prestam assessoria técnica e política às atividades das associações indígenas, levando demandas até a diretoria da FOIRN”. Elas ainda contribuem com a gestão da Federação subsidiando-a com informações sobre as sub-regiões; organizando assembleias, realizando os processos de eletivos realizados localmente e outras atividades que compreende o modelo participativo e em rede da FOIRN.

Observa-se um conjunto de elementos físicos e subjetivos que compõem a FOIRN: o movimento indígena; as associações indígenas; as Coordenadorias; a sede; a maloca; o sistema de comunicação via radiofonia, a utilização das mídias digitais e impressas; as relações interétnicas estabelecidas com os parceiros – agentes sociais e instituições governamentais e não governamentais. Todos esses são partes constituintes das redes relacionais que caracterizam o diálogo intercultural no rio Negro, são as redes intrínsecas à atuação das lideranças indígenas políticas.

A estrutura física da FOIRN - a sede, desde a sua criação localiza-se na cidade de São Gabriel da Cachoeira. Inicialmente, conforme os relatos das lideranças, era algo

acanhado, uma pequena casa e uma série de dificuldades. Na época, não dispunham de recursos financeiros necessários para a manutenção da própria estrutura física, e tampouco para desenvolverem as ações planejadas.

Pelos relatos das lideranças, os primeiros anos, após a fundação da FOIRN, enfrentaram dificuldades de várias naturezas, contornadas pela “força e pelo protagonismo do movimento indígena da região” que os impulsionou, levando-os a buscarem os meios necessários para atingirem os propósitos e a razão de ser da Federação. Dessa forma se mobilizaram e conseguiram firmar as parcerias e obterem os recursos, iniciando uma nova fase. Hoje a realidade é outra, pois possui uma boa infraestrutura e muitos projetos em andamento, bem como se articulam para implantar as propostas contidas no planejamento estratégico em vigor.

A sede da FOIRN é o *lócus* onde as discussões e as deliberações feitas na maloca (a casa dos saberes indígenas) e nas comunidades, são implementadas. É na sede que as relações interétnicas, entre as lideranças indígenas e os agentes sociais não indígenas, são lapidadas e/ou confrontadas gerando tensões e acomodações. Ela é um dos espaços favoráveis para as lideranças apreenderem as engrenagens do universo não indígena, ou pelo menos, de se aproximarem dele. É na sede que as lideranças indígenas se comunicam e negociam os projetos e ações que compõem as estratégias da política indígena. Lugar de decodificação dos códigos da cultura ocidental que os habilitam para o diálogo e para os embates pela garantia dos direitos indígenas e por seus projetos de futuro.

Vale assinalar que a FOIRN se consolidou com o tempo e com as dinamicidades das relações sociais processadas dialeticamente. Para as lideranças, principalmente, para os precursores do movimento indígena do rio Negro, que acompanharam e fizeram parte da estruturação da Federação, ela é concebida como uma “escola”, particularmente para o aprendizado sobre as relações com os não indígenas e com a racionalidade ocidental. É na sede que são adquiridos os conhecimentos necessários ao diálogo intercultural – um processo que envolve o domínio da linguagem da burocracia, dos projetos, das leis, da política, da economia, dentre outros, habilitando-os nas negociações com os financiadores/parceiros e com o Estado.

Infelizmente, o mundo moderno produziu seus conhecimentos a partir da (in) diferença, classificando os conhecimentos, colocando-os como superiores e inferiores. Visões que as lideranças indígenas se empenham em combater por meio de suas performances ativistas, políticas, culturais e pela persistência no diálogo intercultural.

Dentre as ações implementadas pelo movimento indígena, pautadas no diálogo de saberes e articuladas pelas parcerias, principalmente com o Instituto Socioambiental (ISA), destaca-se o Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável (PRDIS), configurando-se em uma política e em plano de gestão específico aos territórios do rio Negro (FOIRN, 2003, p. 10). Por meio desse Programa foram implementados vários projetos, a exemplo: o manejo de arumã (*Ischnosiphon* spp), na região do Içana; o manejo de caraná (*Mauritia* carana Wallace) no alto Tiquié; o manejo da sorva (*Couma utilis*); projetos experimentais de piscicultura; o de Turismo sustentável no rio Marié e outros em andamento no momento atual.

Esses projetos buscam assegurar às atuais e as futuras gerações dos povos indígenas da região as mesmas possibilidades de uso dos recursos naturais,

garantindo a sustentabilidade na produção de suas atividades de subsistências. Considerando as novas necessidades materiais e simbólicas dos povos indígenas, esses projetos também atuam no âmbito da geração de renda, contudo, há uma preocupação e cuidado no uso dos recursos naturais para fins comerciais, de modo que não sejam impactados negativamente. É nesse sentido que a demanda por novas estratégias e as alianças instituídas pelo movimento indígena são essenciais à gestão dos territórios no rio Negro.

### Considerações Finais

As conquistas do movimento indígena do rio Negro concernentes à gestão de seus territórios são perceptíveis, pois ao longo de quase trinta anos de atuação, conseguiram por em prática os objetivos inerentes à sua criação. Dentre eles a demarcação oficial de cinco terras indígenas, cuja extensão é de 11 milhões de hectares, além de elaborarem uma política indígena para atender a área de abrangência da FOIRN, correspondente a 30 milhões de hectares envolvendo os municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira.

Há uma característica forte no movimento indígena do rio Negro. Trata-se do protagonismo nas estratégias adotadas, nas articulações e diálogos interculturais. A sustentabilidade dos territórios dessa região deve-se a todos os povos indígenas que neles habitam, mas coube ao movimento indígena uma parcela significativa, pois o seu foco sempre foi a proteção dos territórios. Motivados por esse propósito, se organizaram e criaram redes complexas de relações sociais, e pela incorporação da categoria protagonismo, traduziram seus próprios sentidos de “ir à luta”, “tomar a iniciativa”, “buscar os caminhos”, “escolher os parceiros”, assim, consolidaram gradativamente programas, projetos e ações visando a gestão territorial, nos quais os saberes indígenas e os não indígenas se articulam em prol da sustentabilidade da região.

Na rede dialogal instituída pelo movimento indígena, os não indígenas ocupam um lugar importante, sobretudo os parceiros e assessores, mas há, um constante cuidado da parte das lideranças, para que a sua condição de protagonista não seja comprometida. É nesse âmbito que o discurso "em sua realidade material de coisa pronunciada ou coisa escrita" (FOUCAULT, 2012, p. 08), torna-se um instrumento poderoso, pelo qual as lideranças do movimento indígena do rio Negro apontam os lugares que devem ocupar os não indígenas na gestão de seus territórios, de modo a garantir a simetria nas relações sociais intrínsecas a essa rede.

### Referências

ANDRELLO, G. **Política indígena no Uaupés: hierarquias e alianças**. 2008. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/149/113>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO (FOIRN). **Estatuto Social**. São Gabriel da Cachoeira, 2002.

\_\_\_\_\_. (FOIRN); INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Construindo as Políticas Públicas através do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro**. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN/ISA, 2003.

\_\_\_\_\_. (FOIRN). **Planejamento Estratégico da FOIRN: gestão 2013-2016**.

Apresentação durante a XIV Assembleia Geral da FOIRN. Santa Isabel do Rio Negro, 2014.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HILL, J. **Ethogenesis in the Americas**, 1492-1992. Ed. J. D. Hill. Iowa City: University of Iowa Press. 1996.

REZENDE, J. S. **Região do Alto Rio Negro em Movimento**: movimento indígena e “projetos de futuro” para os povos indígenas. São Gabriel da Cachoeira, 2013. Memo.

SAMPAIO, P. M. “Aleivosos e rebeldes”: Lideranças indígenas no Rio Negro, século XVIII. Trabalho apresentado no XXVI **Simpósio** Nacional de História da ANPUH, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011.

VIDAL, S. M.; ZUCCHI, A. Efectos de las expansiones coloniales en las poblaciones indígenas del Noroeste Amazónico (1798-1830). **Colonial Latin American Review**, v. 8, n. 1, pp. 113-132, 1999.

WRIGHT, R. M. **História indígena e do indigenismo no Alto rio Negro**. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Instituto Socioambiental – ISA, 2005.

\_\_\_\_\_. História Indígena do Noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/ FAPESP/SMC, 1992.